



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA
GERÊNCIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 112/2021/SEASTER
PROCESSO Nº 2021/553851

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE MOVEIS PARA ESCRITÓRIO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA E A EMPRESA NEW MOVEIS CORPORATIVO LTDA.

O ESTADO DO PARÁ, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA com sede na Av. Gov. José Malcher, nº 1.018, Nazaré, Belém/PA, CEP 66.055-260, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 08.995.816/0001-04, doravante denominada CONTRATANTE ou SEASTER, neste ato representado por seu titular, Sr. INOCENCIO RENATO GASPARIM, brasileiro, casado, administrador, portador da Cédula de Identidade nº 2.826.156 SSP/PA e do CPF/MF nº 299.632.579-68, residente e domiciliado na residência e domiciliado na Rua João Balbi nº 415, Apto 1907, Bairro: Umarizal, Belém/PA, CEP 66.055-022 e de outro lado NEW MOVEIS CORPORATIVO LTDA, inscrita sob CNPJ nº 46.479.822/0001-20, situada à rua Conego Jerônimo Pimentel, 877, Umarizal, Belém - PA, CEP: 66055-000, e-mail: newmoveispa@gmail.com, yendas@allnewmoveis.com.br, fone: (91) 3038-7903 (91) 98129-9761, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por Sr. KLAUS FREDERICO BENDER, brasileiro, casado, Sócio administrador, portador da Cédula de Identidade nº 5759303 SSP/PA, e do CPF/MF sob nº 008.274.2171-06, domiciliado nesta cidade na Tv. Pirajá, Edifício nº 1967 apto 302, CEP: 66.095-632, Bairro: Marco - Belém/PA, acordam e ajustam firmar o presente contrato, firmam o presente CONTRATO, de conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME JURÍDICO:

1.1 O presente contrato é regido pelas disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, à Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, a Constituição do Estado do Pará, de 05/10/1989, a Lei Estadual nº 6.474, de 06 de agosto de 2002, Lei Estadual nº 8.417, de 07 de novembro de 2016, Decreto Estadual nº 534, de 04 de fevereiro de 2020, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas posteriores alterações, Lei Estadual nº 8.417, de 07 de novembro de 2016, à Lei Federal nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor, da legislação correlata e demais exigências previstas no edital de licitação.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO:

2.1. O presente Contrato tem como objeto a aquisição de móveis para escritório e manipulação de alimentos, a fim de atender a demanda do CONVÊNIO Nº 813520/2014, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas em Edital e seus anexos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO CONTRATO E SEUS DOCUMENTOS:

3.1. Integra o presente Contrato, mesmo sem transcrição e anexação, todos os documentos integrantes do Pregão Eletrônico nº28/2022 - SEASTER, em especial o edital, seus anexos e a proposta da contratada.

CLÁUSULA QUARTA – DOS ITENS E DAS ESPECIFICAÇÕES/QUANTIDADES:

Item	Código do Simes	Descrição do Material	Unid.	Quant.	Valor	
					Unitário	Valor Total
04	0913561	ARQUIVO EM AÇO: em chapa de aço nº 26 (0,45 mm), com pintura epóxi, com 04 gavetas deslizante sobre rodízio, estrutura	Und.	55	890,90	48.999,50



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA
GERÊNCIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

		reforçada, dimensões mínimas: 1330 mm x 466 mm x 500mm. Marca: Marzo VÍTORINO, Fabricante: Marzo VÍTORINO, Modelo: EURO.			
		TOTAL			48.999,50

4.1. O valor total deste contrato corresponde à R\$ 48.999,50 (quarenta e oito mil, novecentos e noventa e nove reais e cinquenta centavos).

4.1.1. Ao citado valor, estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- 5.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 5.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 5.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 5.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 5.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 5.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
 - 6.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
 - 6.1.2. Proceder à montagem e instalação do objeto, e ainda o treinamento dos beneficiários, caso se faça necessário, o qual deverá ser efetuado por técnicos habilitados e com a qualificação necessária, sendo a indicação e ônus de total responsabilidade da fornecedora dos bens;
 - 6.1.3. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
 - 6.1.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
 - 6.1.5. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
 - 6.1.6. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
 - 6.1.7. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como, as normas previstas na Lei 8.665/93 e legislação complementar.;
 - 6.1.8. Informar o preposto, número de telefone e e-mail, a fim de atender as solicitações da CONTRATANTE;
 - 6.1.9. Responder pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo quanto da entrega do objeto do Termo de Referência.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA
GERÊNCIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

6.1.10. Responsabilizar-se pela qualidade dos produtos fornecidos, promovendo as readaptações necessárias, sempre que forem detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto contratado.

6.1.11. A contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade na execução dos serviços contratados e critérios de sustentabilidade no fornecimento dos bens, em atendimento ao Decreto Estadual nº 1.354, de 25 de agosto de 2015.

6.1.11.1. Consideram-se obrigações contratuais que visam à promoção da sustentabilidade nas contratações públicas, dentre outras:

I – redução do consumo de água e energia elétrica;

II – adoção das seguintes medidas em relação aos resíduos sólidos:

a) Coleta seletiva;

b) Destinação final ambientalmente adequada, por meio de reutilização, reaproveitamento, reciclagem, compostagem, geração de energia, tratamento ou disposição final;

c) Gestão integrada de resíduos sólidos;

d) Logística reversa;

e) Manejo integrado de resíduos sólidos,

III – utilização, preferencialmente, de mão de obra local;

IV – observância das determinações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, do Conselho Nacional do Meio Ambiente e de outras entidades que estabeleçam normas relativas à proteção do meio ambiente.

6.1.12. Permitir o livre acesso dos servidores da SEASTER e do Órgão Concedente do Convênio de Repasse, bem como dos órgãos de controle interno e externo, a seus documentos e registros contábeis.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

7.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados a partir da emissão da nota de empenho em remessa única, no seguinte endereço Av. Gov. José Malcher, 1018, bairro Nazaré, ou porventura ocasionar mudança do endereço, a contratada será informada no prazo de até 30 dias antes da entrega.

7.1.1. A(s) Nota(s) de Empenho poderá(ão) ser encaminhada(s) por e-mail institucional, passando o prazo a contar do efetivo recebimento pelo fornecedor.

7.2. Os objetos serão recebidos provisoriamente no prazo de 15 (quinze) dias, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.3. Os objetos poderão ser re-entados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades, caso em que a CONTRATANTE lavrará relatório de verificação circunstanciado, expondo o que houver constatado, com nova notificação à Contratante quando da entrega.

7.4. Após o recebimento provisório, a CONTRATANTE verificará o cumprimento pela CONTRATADA de todas as condições do contrato, além do cumprimento de todas as exigências, bem como qualquer alteração que se fizer necessária e pertinente ao objeto da presente contratação.

7.5. Os objetos serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade dos bens e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

7.6. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem 7.2 não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.7. O recebimento do objeto obedecerá ao disposto na Lei nº 8.666/1993 e demais condições estabelecidas no edital e seus anexos;

7.8. A CONTRATANTE fica reservado o direito de recusar de pronto o objeto que, flagrantemente, não esteja em conformidade com a descrição do item, sem prejuízo das atribuições dos executores do contrato.

7.9. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7.10. O fornecimento abrangerá também os itens abaixo relacionados, e a responsabilidade do fornecedor se estenderá até o momento da entrega dos materiais:

a) Embalagem de proteção para embarque;

b) Descarga no local especificado para entrega;



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA
GERÊNCIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

- c) Armazenamento no local da entrega;
- d) Inspeção final para verificação de danos de manuseio e transporte;
- e) Identificação (nome, data de validade e fabricação) visível.

7.11. O frete será CIF

7.1.2. O prazo da garantia do produto é 12 meses ou a oferecida pelo fabricante, se o prazo for superior, e os demais a garantia contratual.

CLÁUSULA OITAVA – DA FORMA DE PAGAMENTO:

8.1. A Contratada apresentará nota fiscal para liquidação e pagamento das despesas que será efetuado mediante ordem bancária creditada em conta corrente do Banco do Estado do Pará onde a contratada deverá fazer constar a identificação do banco, agência e conta corrente. O pagamento será em até trinta dias 30 (trinta) dias, contados a partir da entrega do objeto que deverá vir acompanhado da nota fiscal e recibo devidamente atestados pelo(s) fiscal(is) do contrato.

8.1.1. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

8.2. O pagamento da Nota Fiscal somente será efetuado após a verificação da regularidade fiscal da Contratada junto a Seguridade Social (INSS) – CNV Certidão Negativa de Débitos (Receita Federal), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS (Caixa Econômica Federal), prova de regularidade com para com a Fazenda Estadual e Municipal e devem estar contidos na Nota fiscal os dados da Secretária.

8.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Pará (SICAF) ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sites eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 2º da Lei nº 8.666, de 1993.

8.4. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará suspenso até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o Contratante.

8.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.7. Antes de cada pagamento à Contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital.

8.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito da órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, a que se refere o item 15.1. deste Termo.

8.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.10. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

8.10.1. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.10.2. Será rescindido o contrato em execução com a Contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança estadual ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade do Contratante.

8.10.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.11. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA
GERÊNCIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

8.12. Será de responsabilidade da contratada o recolhimento de todos os tributos, encargos e contribuições de qualquer natureza, inclusive fiscais, de para competência da União, do Estado e do Município que incidam sobre o objeto do presente contrato.

CLÁUSULA NONA - DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA:

10.1. Os recursos orçamentários necessários para atender às despesas decorrentes deste contrato constam do orçamento aprovado da **Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda**, como a seguir especificado:

Unidade Orçamentária: 43101
Funcional Programática: 00.244.1505.7678
Natureza da Despesa: 4490.52
Fontes: 0306
Ação Detalhada: 267.235
Valor Global: R\$ 48.999,50

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:

11.1. O prazo de vigência do presente contrato será de **12 (doze) meses**, com início em **26/12/2022** e término em **25/12/2023**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO:

12.1. O Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 55 da Lei Federal nº. 8.666/93, desde que haja interesse da contratante, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO ACRÉSCIMO OU SUPRESSÃO DO VALOR A SER CONTRATADO:

13.1. No interesse da Administração, o valor inicial contratado poderá ser acrescido ou suprimido até os limites previstos na Lei Federal nº. 8.666/93.

13.2. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nos fornecimentos contratados.

13.3. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos nesta condição, exceto as supressões resultantes de acordo entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO REAJUSTE:

14.1. Os preços são fixos e irrevogáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

15.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

15.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA
GERÊNCIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

redatários, e, na ocorrência desta, não implica a co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

15.4. A contratante, por meio do setor competente, exercerá ampla fiscalização sobre a execução do contrato, ficando a contratada obrigada a facilitar o exercício dessa função.

15.5. A entrega será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante da contratante, com atribuições técnicas específicas, previamente designada por portaria, em cumprimento ao disposto na seção IV, artigo 67 da Lei 8.666.

15.6. As decisões e providências que ultrapassem a competência do fiscal serão encaminhadas aos seus superiores para a adoção das medidas convenientes e necessárias.

15.7. A fiscalização será exercida no interesse da contratante e não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e/ou prepostos.

15.8. Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto do contrato e termos do edital de licitação deverão ser prontamente atendidas pela contratada, sem ônus para a contratante.

15.9. Será procedida cuidadosa vistoria por parte da fiscalização, verificando a perfeita execução dos serviços especificados neste instrumento, sendo reprovados quaisquer serviços executados em desacordo com as condições pactuadas.

15.10. Estando as entregas em conformidade, os documentos de cobrança deverão ser atestados pela Fiscalização do Contrato e enviados ao setor financeiro da Contratante para pagamento.

15.10.1. Em caso de não conformidade, a Contratada será notificada, por escrito, sobre as irregularidades apontadas e providências cabíveis e deverá responder dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis.

15.11. O fiscal do contrato não permitirá, sob nenhuma hipótese, que empregados da licitante contratada executem tarefas em desacordo com aquelas estabelecidas no edital, anexos, instrumento contratual e legislação aplicável.

15.12. O Fiscal do Contrato poderá exigir o imediato afastamento de qualquer empregado ou preposto da Contratada que vier a provocar a quebra de confiança ou embaraçar a fiscalização ou ainda que venha a se conduzir de modo inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que foram atribuídas.

15.13. O servidor designado para atuar como fiscal do contrato terá que obedecer às disposições contidas no Decreto Estadual nº 870 de 04/10/2013 que, dentre outras atribuições terá que:

15.13.1. Registrar em relatório todas as ocorrências e deficiências porventura existentes e encaminhar cópia à contratada para a imediata correção das irregularidades apontadas, sem prejuízo das penalidades previstas no contrato e na lei;

15.13.2. Conferir se a execução do objeto está de acordo com as especificações exigidas;

15.13.3. Rejeitar no todo ou em parte a execução do objeto, se considerada em desacordo ou insuficiente, conforme os termos discriminados na proposta da contratada e no Termo de Referência anexo ao Edital;

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL:

16.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei Federal nº. 8.666/93.

- a) A rescisão do contrato poderá ser:
- b) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos Incisos I a XII e



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA
GERÊNCIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

XVII, do artigo 78, da supracitada lei, notificando-se a contratada com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

- c) amigável, por acordo entre as partes, reduzido a termo, desde que haja conveniência para a Administração;
- d) Judicial, nos termos da legislação.

16.2 A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

16.3 Será também rescindido no caso de descumprimento da legislação sobre trabalho de menores, nos termos do disposto no inciso XXXII do Art. 7º da Constituição Federal.

16.4 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

17.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- 17.1.1. Executar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 17.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 17.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 17.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;
- 17.1.5. Cometer fraude fiscal;
- 17.1.6. Não assinar o contrato;
- 17.1.7. Não entregar a documentação exigida no edital;
- 17.1.8. Não mantiver a proposta;
- 17.1.9. Declarar informações falsas;

17.2. Pela execução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à Contratada as seguintes sanções:

- 17.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o Contratante;
- 17.2.2. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 17.2.3. Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades do Estado do Pará com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
 - 17.2.3.1. A sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem 17.2.2, também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 17.2.3 deste Instrumento;
 - 17.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir o Contratante pelos prejuízos causados.

17.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 8º, III e IV, da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

- 17.3.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 17.3.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 17.3.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA
GERÊNCIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

praticados.

17.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

17.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

17.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e nos demais cadastros.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA FORÇA MAIOR E DO CASO FORTUITO:

18.1. As obrigações do presente contrato suspender-se-ão sempre que ocorrerem circunstâncias alheias à vontade, controle e ação das partes, causadas por motivo de força maior ou caso fortuito, na forma do Código Civil, desde que sua ocorrência seja alegada e comprovada no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICAÇÃO:

19.1. O presente Contrato será publicado sob forma de extrato no Diário Oficial do Estado, no prazo de 10 (dez) dias a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA VIGÉSSIMA – DO FORO:

20.1. É competente o foro da Cidade de Belém, Estado do Pará, para dirimir todas as questões relativas ou resultantes do presente contrato.

Assim, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e forma, para um único efeito, na presença das testemunhas abaixo.

Belém, 26 de dezembro de 2022


ROSÂNGELA DE FÁTIMA
SECRETÁRIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA

KLAUS
 FREDERICO
 BENDER-008274
 21.206

Assinado eletronicamente
 em 26/12/2022 às 11:17
 por KLAUS FREDERICO BENDER
 CPF: 269.393.012-68

KLAUS FREDERICO BENDER
 NEW MOVEIS CORPORATIVO LTDA

TESTEMUNHAS:

1. NOME:

CPF: 269.393.012-68

2. NOME:

CPF: 759.279.482-87

DOE nº 35.299

DATA: 09/01/2023

Protocolo: 2022/1530833

PORTARIA Nº 0125/23, de 06 de janeiro de 2023

CONCEDER ao servidor (a) VITOR BARATA MOURA, Id.Funcional nº 592029/3, no cargo de TÉCNICO A, lotado (a) no (a) DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇO, 0,5 (meia) Diária, devido seu deslocamento de Belém/PA ao município de Igarapé Açu e Castanhal/PA, no período de 12/01/2023 a 13/01/2023, para fiscalização de Obra.

Protocolo: 2022/1540908

PORTARIA Nº 0126/23, de 06 de janeiro de 2023

CONCEDER ao servidor (a) MARCELIN DE FIGUEIREDO FERNONDI, Id.Funcional nº 5156975/1, no cargo de TÉCNICO A, lotado (a) no (a) DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇO, 0,5 (meia) Diária, devido seu deslocamento de Belém/PA ao município de Barcelos/PA, no período de 11/01/2023 a 11/01/2023, para fiscalização de Obra.

Protocolo: 2022/1530290

PORTARIA Nº 0128/23, de 06 de janeiro de 2023

CONCEDER ao servidor (a) ROSINALDO KOURY SOES, Id.Funcional nº 57189236/6, no cargo de TÉCNICO A, lotado (a) no (a) DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇO, 0,5 (meia) Diária, devido seu deslocamento de Belém/PA ao município de Cametá/PA, no período de 12/12/2022 a 13/12/2022, para fiscalização de Obra.

Protocolo: 2022/1530655

PORTARIA Nº 0130/23, de 06 de janeiro de 2023

CONCEDER ao servidor (a) ROSINALDO KOURY SOES, Id.Funcional nº 57189236/6, no cargo de TÉCNICO A, lotado (a) no (a) DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇO, 0,5 (meia) Diária, devido seu deslocamento de Belém/PA ao município de Salvaterra/PA, no período de 06/01/2023 a 06/01/2023, para fiscalização de Obra.

Protocolo: 2022/1413679

PORTARIA Nº 0131/23, de 06 de janeiro de 2023

CONCEDER ao servidor (a) RAIMUNDO MIGUEL DOS REIS PEREIRA, Id.Funcional nº 80845756/4, no cargo de PROFESSOR ADJUNTO, lotado (a) no (a) CAMPUS DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA, 17,5 (dezoito e meia) Diárias, devido seu deslocamento de Conceição do Araguaia/PA ao município de São Miguel do Guamá/PA, no período de 30/11/2022 a 17/12/2022, para ministrar disciplina.

Protocolo: 2022/1438344

PORTARIA Nº 0132/23, de 06 de janeiro de 2023

CONCEDER ao servidor (a) JERONIMO CAVALCANTE SANTOS DA SILVA, Id.Funcional nº 541418/1, no cargo de PROFESSOR SUBSTITUTO, lotado (a) no (a) CAMPUS DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA, 8,5 (oito e meia) Diárias, devido seu deslocamento de Conceição do Araguaia/PA ao município de São Miguel do Guamá/PA, no período de 12/11/2022 a 20/11/2022, para ministrar disciplina.

Protocolo: 2022/1535004

PORTARIA Nº 0133/23, de 06 de janeiro de 2023

CONCEDER ao servidor (a) EDEVALDO NUNES DE ARAUJO, Id.Funcional nº 5721938/1, no cargo de MOTORISTA, lotado (a) no (a) DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇO, 0,5 (meia) Diária, devido seu deslocamento de Belém/PA ao município de São Miguel do Guamá/PA, no período de 01/12/2022 a 01/12/2022, para conduzir servidor.

Protocolo: 2022/1529385

PORTARIA Nº 0134/23, de 06 de janeiro de 2023

CONCEDER ao servidor (a) MARCOS ALEXANDRE ARAUJO RIBEIRO, Id.Funcional nº 5415069/6, no cargo de PROFESSOR SUBSTITUTO, lotado (a) no (a) CAMPUS DE SALVATERRA, 13,5 (treze e meia) Diárias, devido seu deslocamento de Salvaterra/PA ao município de São Miguel do Guamá/PA, no período de 22/11/2022 a 05/12/2022, para ministrar disciplina.

Protocolo: 2022/1513555

PORTARIA Nº 0135/23, de 06 de janeiro de 2023

CONCEDER ao servidor (a) WILLIAMS DA SILVA FERREIRO, Id.Funcional nº 5928909/2, no cargo de PROFESSOR SUBSTITUTO, lotado (a) no (a) DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS NATURAIS, 10,5 (dez e meia) Diárias, devido seu deslocamento de Belém/PA ao município de Conceição do Araguaia/PA, no período de 14/11/2022 a 24/12/2022, para ministrar disciplina.

THIAGO SOARES SILVA
COORDENADOR

Protocolo: 89366R

FÉRIAS**CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULAMENTARES.**

Protocolo: 2022/1527765

PORTARIA Nº 0113/23, de 06 de janeiro de 2023.

R E S O L U Ç ã O

CONCEDER 30(trinta) dias de férias regulamentares a servidores MARIANA CARNEIRO DE LIMA, Id. Funcional nº 57223607/1, cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO C, no período de 04.01.2023 a 02.02.2023, referente ao período aquisitivo de 04.01.2022 a 03.31.2023.

CLAY ANDERSON NUNES CHAGAS

Reitor da UEPa

Protocolo: 893720

OUTRAS MATÉRIAS**EXTRATO DO EDITAL Nº 01/2023-UEPA**

SELEÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO PROFISSIONAL EM CIRURGIA E PESQUISA EXPERIMENTAL (CIPE).
O ANO ACADÊMICO DE 2023/2024.

O Reitor da Universidade do Estado do Pará – UEPa torna público que, no período de 09 de janeiro de 2023 a 09 de fevereiro de 2023, o Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Cirurgia e Pesquisa Experimental

(Mestrado - CIPE) receberá as inscrições para o Processo Seletivo para a turma 2023. O candidato deverá enviar sua inscrição pelo link www3.uepa.br/selecao/inscricao, de acordo com as normas estabelecidas neste Edital.

Para informações através dos telefones (91)3277-3966/3176-3829 e www.uepa.br/pagina/mestrado/cipe e e-mail: mestrado@uepa.br e cipe@uepa.br, na Internet, está disponível no site: www.uepa.br

Belém, 09 de janeiro de 2023

CLAY ANDERSON NUNES CHAGAS

Reitor da Universidade do Estado do Pará

Protocolo: 893584

SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA

CONTRATO**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 109/2022/SEASTER**

Processo nº 2021/553051

Objeto: aquisição de móveis para escritório e manipulação de alimentos, a fim de atender a demanda do CONVÊNIO Nº 013520/2014, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas em Edital e seus anexos.

Pregão Eletrônico nº 24/2022

Vigência: 26/12/2022 a 25/12/2023.

Data de assinatura: 26/12/2022

Unidade Organizacional: 43131

Funcional Programática: 08.244.1505.7678

Natureza de Despesa: 4490.52

Fonte: 0306

Ação Detalhada: 267.235

Valor Global: R\$ 69.954,50

Contratado: EMPRESA ESTACAO COMÉRCIO DE MADEIRA, DE EXCLUSIVIDADE FRENTE

CNPJ: 19.374.144/0001-78

Endereço: Cidade Nova IV, Travessa WC 38, Nº 131- CEP: 67.151-210, - Ananindeua/PA

Contador: INOCENCIO RENATO GASPARIM

Protocolo: 893633

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 112/2022/SEASTER

Processo nº 2021/553051

Objeto: aquisição de móveis para escritório e manipulação de alimentos, a fim de atender a demanda do CONVÊNIO Nº 013520/2014, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas em Edital e seus anexos.

Pregão Eletrônico nº 26/2022

Vigência: 26/12/2022 a 25/12/2023.

Data de assinatura: 26/12/2022

Unidade Organizacional: 43131

Funcional Programática: 08.244.1505.7678

Natureza de Despesa: 4490.52

Fonte: 0306

Ação Detalhada: 267.235

Valor Global: R\$ 48.999,50

Contratado: NEW MOVES CORPORATIVO LTDA

CNPJ: 46.475.022/0001-20

Endereço: Rua Congo Jardim - Monte, 677 - Umarizal, Belém - PA

CEP: 66055-000

Contador: INOCENCIO RENATO GASPARIM

Protocolo: 893642

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 110/2022/SEASTER

Processo nº 2021/553051

Objeto: aquisição de móveis para escritório e manipulação de alimentos, a fim de atender a demanda do CONVÊNIO Nº 013520/2014, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas em Edital e seus anexos.

Pregão Eletrônico nº 28/2022

Vigência: 26/12/2022 a 25/12/2023.

Data de assinatura: 26/12/2022

Unidade Organizacional: 43101

Funcional Programática: 08.244.1505.7678

Natureza de Despesa: 4490.52

Fonte: 0306

Ação Detalhada: 267.235

Valor Global: R\$ 24.200,00

Contratado: ALMEIDA & BRASILETCA

CNPJ: 103.373.676/0001-80

Endereço: Av. Ceará, 536 - Canudos - CEP: 66.070-380

Contador: INOCENCIO RENATO GASPARIM

Protocolo: 893634

OUTRAS MATÉRIAS**PORTARIA Nº 07 DE 05 DE JANEIRO DE 2023.**

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA, no ato de suas atribuições que foram delegadas através de Decreto nº 4 de 01 de janeiro de 2019, publicado no DOF nº 11/71, de 02 de janeiro de 2019